

O Banco do Brasil será o responsável pela execução da política financeira do Governo, se o próximo presidente da República for Fernando Collor de Mello. Foi o que informou o próprio candidato, ao responder um questionário que lhe foi entregue pela Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb).

Collor pretende repassar para o Banco do Brasil uma tarefa atualmente sob a responsabilidade do Banco Central: nas suas próprias palavras, "a função de regulador das taxas de juros do mercado financeiro, trazendo-as não para cima, como hoje, mas para baixo, para que as empresas tenham menor custo financeiro e, assim, com redução de despesas, possam melhor remunerar seus empregados".

Marajás — O ex-governador de Alagoas disse que não encera os 135 mil servidores do Banco do Brasil como marajás e procurou esclarecer, de vez, o significado desta que é uma das palavras-chaves de sua pregação eleitoral: "Tanto pode ser marajá uma funcionária que recebe NCz\$ 600 por mês como quem ganha NCz\$ 15 mil, NCz\$ 20 mil ou NCz\$ 50 mil mensais. Os que aparecem só uma vez por mês na repartição para apanhar o contracheque são marajás. São os sangue-sugas da nação, que recebem sem trabalhar, sem nada produzir".

Para o candidato, em nenhuma dessas categorias, enquadram-se os funcionários do Banco do Brasil. Nesse sentido, ele pergunta: "Como condenar uma pessoa ou uma classe funcional voltada para o trabalho, dedicada, competente, só porque recebe um salário que lhe proporciona uma vida digna?"

Privatização — Collor considera o Banco do Brasil — "uma instituição com funcionários do mais alto gabarito, cuja dedicação só encontra paralelo nas grandes corporações dos EUA ou Japão" — um instrumento de grande importância na reconstrução econômica que ele se propõe a empreender no País. Descartou, assim, a possibilidade de privatizá-lo, sob o argumento de que "a venda de estatais será feita prioritariamente naqueles setores que apresentem inequívoca ineficiência, o que não é o caso do BB".

Informou, contudo, que, "em nome da vitalidade econômica do banco", serão fechadas as agências deficitárias e desnecessárias. "Não é admissível que uma agência numa região rica como a Zona Sul do Rio ou São Paulo não seja lucrativa", exemplificou. Ponderou, porém, que os prejuízos são toleráveis em agências instaladas no Amazonas ou em lugares onde os bancos particulares não têm interesse em operar, em razão do caráter social das atividades prestadas pela instituição há 181 anos.

Nomeações — Collor falou à Anabb que, no Banco do Brasil e no seu governo como um todo, "a competência e a moralidade" são os critérios que nortearão o preenchimento de postos de co-

Collor quer BB regulando as taxas de juros

Se eleito, ele vai

confiar ao Banco

do Brasil a

responsabilidade

pela execução

da política

financeira do

Governo Federal

mando. Prometeu empenhar-se para que o BB seja mais rápido na tomada de decisões e aumente a sua participação no montante global de empréstimos contratados no setor financeiro (que caiu de 30% em 64 para 16% em 89). Mas adiantou que as instituições financeiras oficiais não terão exclusividade na movimentação dos recursos do Governo Federal. "A fora do Banco do Brasil dispensa reservas de mercado ou 'benesses' governamentais", justificou.

Com 4.329 pontos de atendimento e respondendo hoje por 80% dos créditos concedidos à agropecuária, o Banco do Brasil terá, na administração Collor de Mello, o encargo de dar suporte econômico-financeiro a um programa voltado basicamente para "a saúde, a educação, a habitação e ao aumento da produção e da produtividade, para que esteja presente à mesa dos brasileiros alimentação farta".

